



# CAIRÚ 2030

## PLANO DE DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO DO MUNICÍPIO DE CAIRÚ BAHIA

Ano 2000, no limiar do terceiro milênio, 191 países reunidos na Assembleia Geral da ONU, em Nova York, instituíram as Metas de Desenvolvimento do Milênio, visando sintetizar acordos internacionais alcançados em várias cúpulas mundiais.

A Declaração do Milênio traz compromissos definidos em Metas que, uma vez cumpridas em cada país, estado ou município, poderão melhorar a qualidade de vida e o destino da humanidade neste século. O Brasil, como membro da ONU e um dos signatários das Metas do Milênio, estimulou a adoção em iniciativas nacionais, regionais e locais.

A UMA-Universidade Livre da Mata Atlântica, entidade do terceiro setor, sediada em Cairu, declarada de Utilidade Pública Estadual pela Lei 8.420/02, dando continuidade ao trabalho iniciado em 1998, em parceria com o WWI-Worldwatch Institute, para garantir sustentabilidade a Cairu, apresentou ao Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID proposta para elaboração de amplo diagnóstico sócio-econômico-ecológico de Cairu, retratando a situação atual e sugerindo ações a serem adotadas para o desenvolvimento sustentável de curto, médio e longo prazos do único município arquipélago do Brasil - batizando-o de **Cairu 2030**.

Nesta oportunidade, a UMA dá sua efetiva contribuição investindo na geração presente e resguardando os direitos das gerações futuras. Comprometida em promover localmente as visões da ONU, sente-se honrada em entregar ao Município de Cairu este completo diagnóstico prospectivo, realizado em parceria com o BID e adotado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD como integrante das Metas de Desenvolvimento do Milênio.

(Texto lido no altar da Igreja do Convento de Santo Antonio, durante a solenidade oficial de entrega do Projeto Cairu 2030 ao Prefeito de Cairu)

Cairu, 5 de junho de 2006  
(dia nacional do meio ambiente)

Eduardo Athayde  
diretor da UMA

**PLANO DE DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO DO MUNICÍPIO DO CAIRÚ  
BAHIA (CAIRÚ 2030)**

**COMPONENTE B – “ESTRATÉGIA”**

**PRODUTO “P7” – DEFINIÇÃO DE OBJECTIVOS E COBERTURA DE ESTRATÉGIAS**

ÍNDICE DE PORMENOR

|     |  |    |
|-----|--|----|
| 1.  | ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO .....                                       | 1  |
| 1.1 | Objectivo .....  | 1  |
| 1.2 | Metodologia para o Desenvolvimento da Componentes B “Estratégia” ..... | 1  |
| 2.  | SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA.....                  | 4  |
| 2.1 | Estrutura.....   | 4  |
| 2.2 | Componente Ambiental .....   | 4  |
| 2.3 | Avaliação Global da Estrutura Económica .....                          | 10 |
| 2.4 | Diagnóstico do Sector das Pescas .....                                 | 11 |
| 2.5 | Avaliação do Turismo .....   | 13 |
| 2.6 | Conclusões sobre a Avaliação da Situação .....                         | 14 |
| 3.  | DIAGNÓSTICO PROSPECTIVO .....  | 16 |
| 3.1 | Introdução .....   | 16 |
| 3.2 | Factores de Transformação.....   | 16 |
| 3.3 | Aplicação da Metodologia ao Cairú .....                                | 18 |
| 3.4 | Competitividade e Desenvolvimento .....                                | 21 |
| 4.  | QUADRO GERAL DE OBJECTIVOS.....  | 24 |
| 4.1 | Conceito e Missão Estratégica .....                                    | 24 |
| 4.2 | Visão Estratégica .....  | 26 |
| 4.3 | Objectivos Estratégicos e sua Integração .....                         | 26 |
| 5.  | HORIZONTE TEMPORAL DO PLANO E REVISÕES .....                           | 30 |

ANEXO

- Carta de Risco Ambiental – Zonamentos

Lisboa, Fevereiro de 2006

Pe'l'O Consórcio AGRI-PRO / AJS&A

---

Eng.º Rui Miguel Nascimento Coelho  
Coordenador do Consórcio



## PLANO DE DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO DO MUNICÍPIO DO CAIRÚ BAHIA (CAIRÚ 2030)

### COMPONENTE B – “ESTRATÉGIA”

#### **PRODUTO “P7” – DEFINIÇÃO DE OBJECTIVOS E COBERTURA DE ESTRATÉGIAS**

### 1. ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

#### 1.1 Objectivo

O presente documento constitui o *Produto “P7”* que, nos termos da programação da Componente B “*Estratégia*”, constitui a síntese de “*Definição de Objectivos e Cobertura de Estratégias*”.

Neste documento descrevem-se as metodologias de evolução e para a avaliação que se antevêm serem possíveis para o território do Cairú, tendo em conta a avaliação feita no Diagnóstico que foi feito no âmbito do “*Plano de Desenvolvimento Estratégico do Município do Cairú – Bahia (Cairú 2030)*” e que constituiu o Relatório Final da Componente A – Produtos P1 a P4.

#### 1.2 Metodologia para o Desenvolvimento da Componentes B “*Estratégia*”

Com base no trabalho de campo, análise e síntese de informação e da audição local efectuada junto das várias entidades, agentes socioeconómicos, instituições públicas e privadas e da própria população em geral, a metodologia seguida assentou essencialmente nos seguintes pilares:

- Concepção dos possíveis cenários de evolução capazes de darem resposta aos objectivos de desenvolvimento pretendidos;
- Selecção do cenário de maior viabilidade de concretização e maiores garantias oferece relativamente aos seguintes parâmetros:



- Capacidade de assegurar o maior grau de integração dos Sistemas Ambiental – Económico – Social ou, por outras palavras, assegurar o maior nível de Desenvolvimento Económico pretendido para o Arquipélago;
  - Maior consenso que reúne entre todas as entidades de avaliação do trabalho apresentado;
  - Facilidade de implementação para o horizonte temporal do Plano de Desenvolvimento Estratégico;
  - Grau de inovação e capacidade para se transformar num projecto exemplar;
  - Probabilidade de adesão da população residente permanentemente em Cairú;
- Definição, para o cenário seleccionado, dos diferentes tipos de objectivos a atingir, quer no horizonte temporal do plano, quer em períodos temporais intermédios, dando-se assim origem à emissão do presente documento: *Produto “P7” – “Definição de Objectivos e Cobertura das Estratégias”*.

Estes objectivos deverão ser de diferentes tipologias, sistematizados em três grandes categorias, visando facilitar a elaboração do Marco Lógico do Projecto (a apresentar na *Componente “C” – Plano de Acção*):

- Objectivos estratégicos ou estruturantes;
  - Objectivos operacionais;
  - Objectivos de sustentabilidade ou de qualidade;
- Concepção das estratégias a seguir em termos de ordenamento territorial, mas também em termos Ambientais, Sociais e Económicos que melhor se adequam ao cumprimento daqueles objectivos, originando a emissão do *Produto “P6” – “Estratégias Alternativas de Desenvolvimento Sustentável do Arquipélago”*;
- A partir destes dois *Produtos – “P6” e “P7”* – foram então definidas duas ordens de variáveis:
- As consequências que daqui advém para o Município, elaborando-se o *Produto “P5” – “Demandas Futuras sobre os Recursos Naturais do Arquipélago”*;
  - As condições essenciais para a sua concretização, através da elaboração do *Produto “P8” – “Organização dos Instrumentos para o Apoio Coerente do Banco”*.

A adopção desta metodologia permitiu dar maior visibilidade à Fase da Estratégia e facilitará a elaboração futura do programa para a execução das várias intervenções, actividades e investimentos previstos, o que integra a *Componente “C” – Plano de Acção para a Implementação das Estratégias* do presente “Plano de Desenvolvimento Estratégico do Município do Cairú – Bahia (Cairú 2030)”.



Assim sendo, recomenda-se que a leitura e a análise dos Produtos que compõem esta *Componente “B”* seja realizada pela seguinte ordem:

- **Primeiro documento em análise:** *Produto “P7” – “Definição de Objectivos e Cobertura das Estratégias”;*
- **Segundo documento em análise:** *Produto “P6” – “Estratégias Alternativas de Desenvolvimento Sustentável do Arquipélago”;*
- **Terceiro documento em análise:** *Produto “P5” – “Demandas Futuras sobre os Recursos Naturais do Arquipélago”;*
- **Quarto documento em análise:** *Produto “P8” – “Organização dos Instrumentos para o Apoio do Banco”.*

O presente documento refere-se ao primeiro daqueles Produtos: *“P7 – Definição de Objectivos e Cobertura de Estratégias”*. Para que se possa fazer a ligação entre as várias fases ou Componentes do trabalho, no entanto, recordam-se em seguida as características essenciais do Diagnóstico realizado, quer numa perspectiva de *“Avaliação da Situação de Referência”*, quer numa perspectiva de *“Avaliação Prospectiva”*.



## 2. SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA

### 2.1 Estrutura

Neste ponto, numa forma sintética, faz-se um resumo dos principais aspectos do diagnóstico desenvolvido na 1ª Fase e que constitui o relatório final da Componente “A”.

Sem prejuízo da leitura dos relatórios dos produtos P1, P2, P3 e P4 emitidos para a Componente “A” destacam-se, nos pontos seguintes, os principais aspectos de risco da **Componente Ambiental**, as questões essenciais da **Estrutura Económica**, o diagnóstico do **Sector das Pescas** e as conclusões sobre a oferta e procura **Turística** do Cairú.

### 2.2 Componente Ambiental

A identificação, caracterização e avaliação dos riscos ambientais analisados para o Município do Cairú encontram-se no Quadro 1 inserido nas páginas seguintes, uma vez que nele se apresenta uma síntese por área temática das principais alterações de degradação em curso e das respectivas causas e medidas gerais necessárias.

O trabalho desenvolvido demonstrou que o Arquipélago do Cairú constitui um ecossistema de grande valor mas que se caracteriza por uma grande fragilidade que torna particularmente sensíveis os factores ambientais em relação ao processo de desenvolvimento. Esta conclusão geral obteve um consenso generalizado e está documentada no diagnóstico feito.

No Quadro 1 sintetizam-se os principais aspectos de risco, as suas causas principais e as medidas que se antevêm como essenciais para minimizar, proteger ou eliminar as causas identificadas, de modo a garantir que o Cairú não perca as suas características e, pelo contrário, possa valorizar os aspectos que o distinguem.

É assim fundamental que o processo de desenvolvimento que vier a ser proposto seja acompanhado por medidas eficazes de minimização acompanhadas de acções activas de recuperação e mesmo de rectificação de situações de degradação já evidentes.

Naturalmente, as alterações em curso têm diferente importância e estão em diferentes estágios de desenvolvimento. Em função das ameaças mais eminentes, algumas alterações constituem já um elemento de degradação em estado muito adiantado e outras estão ainda num estado latente, eminente ou potencial.

Em geral, verifica-se que as principais ameaças se centram na faixa litoral atlântica e as situações degradadas principalmente na parte Norte da Ilha de Tinharé.

Existem assim valores cujo grau de ameaça é muito menor ou mesmo apenas potencial e existem mesmo casos provavelmente em que a tendência será para a progressiva naturalização com o abandono das actividades agrícolas no interior das ilhas e a pouco provável pressão sobre essas zonas mais interiores.



**Quadro 1 – Síntese do Diagnóstico da Situação Actual**

| Factor               | Alterações em Curso   | Causas   | Medidas  |
|----------------------|---|--|--|
| <b>Geomorfologia</b> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Erosão costeira;</li> <li>• Assoreamento;</li> <li>• Drenagem e escoamento.</li> </ul>                 | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Construções na faixa costeira;</li> <li>• Extração de inertes;</li> <li>• Compactação de areias;</li> <li>• Circulação nos canais;</li> <li>• Afecção de manguezais;</li> <li>• Alteração das linhas de água e vegetação ripícola;</li> <li>• Poluição;</li> <li>• Desmatção e artificialização do coberto vegetal;</li> <li>• Ravinamento de caminhos e estradas</li> </ul>                                      | <ul style="list-style-type: none"> <li>– Ordenamento;</li> <li>– Controle da construção na faixa costeira que deverá ser interdita até cerca de 100 metros da máxima preia-mar;</li> <li>– Proibição da circulação de veículos e animais nas praias;</li> <li>– Proibição da construção mesmo leve nas praias;</li> <li>– Recuperação das dunas primárias;</li> <li>– Controlo do uso e recuperação dos recifes de coral;</li> <li>– Protecção de linhas de água e recuperação da vegetação ripícola;</li> <li>– Controle da poluição difusa na orla costeira;</li> <li>– Estudo de hidrodinâmica costeira de modo a introduzir medidas de recarga de areias em zonas degradadas;</li> <li>– Protecção dos manguezais costeiros e nos canais;</li> <li>– Controle de circulação marítima, velocidades e medidas de protecção à erosão das ondas e assoreamento.</li> </ul> |
| <b>Hidrogeologia</b> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Contaminação de aquíferos;</li> <li>• Afecção das zonas de recarga;</li> <li>• Salinização.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Descarga de águas residuais no solo em zonas de elevada infiltração (fossas e aterros);</li> <li>• Desmatção de linhas de água, aumentando as escorrências;</li> <li>• Criação de linhas de drenagem artificiais com caminhos ravinados;</li> <li>• Salinização por destruição de manguezais e captação subterrânea em aquíferos costeiros;</li> <li>• Construção sobre zonas de recarga de aquíferos.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>– Controle e tratamento de águas residuais;</li> <li>– Eliminação de depósitos de lixo não controlados;</li> <li>– Eliminação de todas as construções nas proximidades de linhas de água e protecção de faixas ripícolas, incluindo os manguezais;</li> <li>– Tratamento de caminhos, controlando ravinamentos e criação de linhas de água artificiais;</li> <li>– Controle de captação de águas subterrâneas nas faixas costeiras.</li> </ul>  |



(cont.)

| Factor            | Alterações em Curso   | Causas   | Medidas   |
|-------------------|---|--|---|
| <b>Hidrologia</b> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Modificação da hidrodinâmica estuarina;</li> <li>• Erosão costeira;</li> <li>• Assoreamento do estuário da Velha Boipeda.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Assoreamento dos canais devido à circulação de barcos rápidos, à redução da densidade dos manguezais e ao aumento dos caudais torrenciais com arrastamento de sólidos;</li> <li>• Construção sobre linhas de água, em particular na faixa costeira;</li> <li>• Desmatção.</li> </ul>                        | <ul style="list-style-type: none"> <li>– Medidas de controle da circulação marítima;</li> <li>– Protecção dos manguezais e faixas das linhas de água;</li> <li>– Estudo de hidrodinâmica estuarina e medidas de desassoreamento;</li> <li>– Demolição de construções sobre linhas de águas e controle severo de construções futuras;</li> <li>– Estudo de drenagem de todos os caminhos e estradas, eliminando as alterações introduzidas à drenagem natural;</li> <li>– Controle da desmatção e eliminação da situação de erosão e arrastamento de sólidos.</li> </ul> |
| <b>Solos</b>      | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Potencial perda de solos orgânicos cultiváveis.</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Desmatção sem controle e sem medidas de drenagem adequadas</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>– Estudo de solos cultiváveis para a introdução de projectos agrícolas para consumo</li> </ul>   |
| <b>Habitats</b>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Perda de biodiversidade;</li> <li>• Esgotamento de recursos.</li> </ul>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Pressão urbana e turística na faixa costeira;</li> <li>• Destruição de recifes de coral;</li> <li>• Poluição hídrica e hidrogeológica;</li> <li>• Afecção de manguezais;</li> <li>• Alteração do uso dos solos e expansão urbana;</li> <li>• Sobreexploração dos recursos marinhos e florestais.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>– Ordenamento;</li> <li>– Alargamento da APA à Ilha de Cairú;</li> <li>– Protecção activa dos habitats de maior valor;</li> <li>– Eliminação das fontes poluentes. Tratamento de águas residuais e resíduos.</li> <li>– Criação de meios alternativos de produção pesqueira e agrícola;</li> <li>– Meios de fiscalização e controle;</li> <li>– Criação de zonas de protecção integral com valorização.</li> </ul>   |
| <b>Paisagem</b>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ocupação urbana de faixa costeira;</li> <li>• Descaracterização das zonas históricas dos núcleos urbanos.</li> </ul>                 | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Construção nas praias e descaracterização do litoral;</li> <li>• Construções desvalorizadoras das zonas históricas;</li> <li>• Construções clandestinas e empobrecimento das zonas residenciais periféricas.</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>– Ordenamento;</li> <li>– Definição de regras para construção e enquadramentos paisagísticos;</li> <li>– Investimento na habitabilidade residencial permanente;</li> <li>– Protecção dos valores naturais e paisagísticos;</li> <li>– Recuperação dos valores históricos e patrimoniais.</li> </ul>  |



(cont.)

| Factor                           | Alterações em Curso  | Causas   | Medidas  |
|----------------------------------|--|--|--|
| <b>Paisagem</b>                  | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ocupação urbana de faixa costeira;</li> <li>• Descaracterização das zonas históricas dos núcleos urbanos.</li> </ul>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Construção nas praias e descaracterização do litoral;</li> <li>• Construções desvalorizadoras das zonas históricas;</li> <li>• Construções clandestinas e empobrecimento das zonas residenciais periféricas.</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>– Ordenamento;</li> <li>– Definição de regras para construção e enquadramentos paisagísticos;</li> <li>– Investimento na habitabilidade residencial permanente;</li> <li>– Protecção dos valores naturais e paisagísticos;</li> <li>– Recuperação dos valores históricos e patrimoniais.</li> </ul>   |
| <b>Uso do Solo e Ordenamento</b> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ocupação do Litoral;</li> <li>• Crescimento urbano desordenado nos centros urbanos.</li> </ul>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Abandono da actividade agrícola e florestal;</li> <li>• Especulação imobiliária;</li> <li>• Deficiente fiscalização e meios de controle;</li> <li>• Insuficiente ordenamento.</li> </ul>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>– Elaboração de Plano de Ordenamento integrado do Município;</li> <li>– Alteração do âmbito de intervenção da APA;</li> <li>– Aprofundamento do plano de Ordenamento da APA;</li> <li>– Melhoria de regulamentos e normas;</li> <li>– Controle e fiscalização;</li> <li>– Plano Geral de saneamento e infraestruturas;</li> <li>– Plano de desenvolvimento do Turismo.</li> </ul>   |
| <b>Factores de Qualidade</b>     | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Pressão sobre a qualidade das águas de superfície;</li> <li>• Riscos de poluição de águas balneares;</li> <li>• Contaminação de aquíferos;</li> <li>• Contaminação de solos.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumento de descargas de águas residuais nas linhas de água de superfície;</li> <li>• Descargas de águas residuais nos solos sem tratamento (fossas e descargas directas);</li> <li>• Depósitos de lixo sem tratamento nem impermeabilização;</li> <li>• Poluição difusa nas praias por descarga de água de superfície contaminadas, lavagem de solos e surgências de infiltrações nos solos.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>– Tratamento de águas residuais;</li> <li>– Recolha separativa de lixos, tratamento, reciclagem e deposição segura;</li> <li>– Eliminação de pontos degradadas;</li> <li>– Controle de uso de águas de superfície;</li> <li>– Interdição de utilização das praias por animais e circulação de veículos;</li> <li>– Eliminação de todos os caminhos paralelos às praias até uma distância mínima de 50 m de máxima praia-mar.</li> </ul> |

Tendo em conta o diagnóstico feito foi possível definir no Arquipélago do Cairú, três tipos de classificação para as áreas de risco que foram localizadas cartograficamente e para as quais foram definidas as principais causas que a justificam.

Essa classificação foi estruturada em 3 níveis:

- ⇒ No **1º nível**, definem-se as **áreas degradadas ou em degradação eminente**, onde o impacte ambiental é muito preocupante e exige medidas de rectificação para se conseguir inverter a tendência em curso, de modo muito rápido da perda de valor ambiental e da qualidade. São definidas 11 áreas que estão marcadas a vermelho na **Carta 1**.
- ⇒ No **2º nível**, definem-se as **áreas sujeitas a pressão elevada e em progressão**, onde são já evidentes elementos de degradação pontuais e onde as intenções de investimento, o uso ou o reconhecimento dos valores de atractividade, fazem prever uma rápida alteração de situação actual e onde devem ser introduzidas medidas preventivas e de controle severo para evitar a sua perda de valor. São definidas 6 áreas (de 12 a 17) marcadas a azul escuro na **Carta 1**.
- ⇒ No **3º nível**, definem-se as **áreas de risco potencial**, onde os valores ambientais muito sensíveis, nalguns casos associados à elevada atractividade, colocam em risco valores inestimáveis que devem ser preservados. São definidas 6 áreas (de 18 a 23) marcadas a azul claro na **Carta 1**.

As áreas definidas foram as seguintes

**Quadro 2 – Classificação de Áreas de Risco**

| Classificação                                     | N.º | Localização                | Causas  |
|---|-----|----------------------------|---|
| <b>Áreas Degradadas ou em Degradação Eminente</b> | 1   | Cairú                      | <ul style="list-style-type: none"> <li>– Poluição hídrica;</li> <li>– Erosão;</li> <li>– Contaminação de solos e aquíferos.</li> </ul>  |
|   | 2   | Gamboa                     | <ul style="list-style-type: none"> <li>– Erosão costeira e ocupação da praia;</li> <li>– Poluição de águas balneares.</li> </ul>  |
|   | 3   | Morro de São Paulo (Oeste) | <ul style="list-style-type: none"> <li>– Erosão costeira;</li> <li>– Risco geomorfológico;</li> <li>– Desmatção;</li> <li>– Poluição difusa;</li> <li>– Construção clandestina.</li> </ul>                      |
|   | 4   | Morro de São Paulo (Sul)   | <ul style="list-style-type: none"> <li>– Contaminação de aquíferos;</li> <li>– Desmatção Resíduos sólidos e lixiviados;</li> <li>– Erosão de encostas e caminhos;</li> <li>– Construção clandestina.</li> </ul> |

(cont.)



(cont.)

| Classificação  | N.º | Localização                             | Causas  |
|--|-----|---|---|
| <b>Áreas Degradadas ou em Degradação Eminente</b><br>(cont.) | 5   | Morro de São Paulo (1ª, 2ª e 3ª praias) | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Erosão costeira;</li> <li>- Poluição difusa de águas balneares;</li> <li>- Destruição de recifes de coral.</li> </ul>  |
|  | 6   | Nova Garapuí                            | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Contaminação de águas superficiais;</li> <li>- Construção na faixa de protecção da lagoa de Garapuí.</li> </ul>  |
|  | 7   | Pontal (Sul)                            | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Destruição do manguezal;</li> <li>- Erosão.</li> </ul>   |
|  | 8   | Velha Boipeda (Estuário)                | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Degradação Litoral e da praia fluvial;</li> <li>- Poluição hídrica e de águas balneares;</li> <li>- Assoreamento da área estuarina;</li> <li>- Contaminação de solos e de aquíferos.</li> </ul>              |
|  | 9   | Velha Boipeda                           | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Poluição hídrica;</li> <li>- Erosão de encostas e linhas de água;</li> <li>- Contaminação de solos e de aquíferos.</li> </ul>  |
|  | 10  | São Sebastião                           | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Degradação litoral;</li> <li>- Erosão de encostas e praias;</li> <li>- Poluição hídrica e de águas balneares.</li> </ul>   |
|  | 11  | Torrinhas                               | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Contaminação de aquíferos.</li> </ul>  |
| <b>Áreas Sujeitas a Pressões Elevadas em Progressão</b>      | 12  | Rio Taengo                              | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Assoreamento;</li> <li>- Afecção do manguezal.</li> </ul>  |
|  | 13  | Tinharé (Costa Norte)                   | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Afecção do manguezal com risco de destruição;</li> <li>- Assoreamento.</li> </ul>  |
|  | 14  | Morro de São Paulo (4ª praia)           | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Pressão de empreendimentos na faixa costeira;</li> <li>- Risco geomorfológico;</li> <li>- Pressão no manguezal.</li> </ul>   |
|  | 15  | Garapuí                                 | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Pressão de empreendimentos na faixa costeira;</li> <li>- Risco geomorfológico;</li> <li>- Pressão no manguezal.</li> </ul>   |
|  | 16  | Canais Torrinhã / Velha Boipeda         | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Assoreamento;</li> <li>- Afecção do manguezal;</li> <li>- Poluição difusa;</li> <li>- Erosão.</li> </ul>   |
|  | 17  | Morerê                                  | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Pressão de empreendimentos na faixa costeira;</li> <li>- Poluição difusa;</li> <li>- Afecção de recifes de coral;</li> <li>- Erosão de encostas e terraços;</li> <li>- Afecção de linhas de água.</li> </ul> |

(cont.)



(cont.)

| Classificação            | N.º | Localização                   | Causas   |
|--------------------------|-----|-------------------------------|--|
| Áreas em Risco Potencial | 18  | Morro de São Paulo (5ª praia) | – Pressão de empreendimentos na faixa costeira.  |
|                          | 19  | Velha Boipeda (reservatório)  | – Pressão sobre o valor paisagístico;<br>– Pressão sobre os recursos hídricos.                   |
|                          | 20  | Velha Boipeda (Sul)           | – Pressão sobre os recursos hídricos por desmatamento e ocupação social.                         |
|                          | 21  | Praia de Cueira               | – Pressão sobre o litoral;<br>– Alteração de habitats de espécies protegidas.                    |
|                          | 22  | Praia de Balanema             | – Pressão sobre o litoral e recifes de coral;<br>– Alteração de habitats de espécies protegidas. |
|                          | 23  | São Sebastião (Norte)         | – Pressão sobre os recursos hídricos por desmatamento e ocupação social.                         |

Em anexo apresenta-se a Carta de Risco Ambiental onde se apresentam as diferentes áreas classificadas.

### 2.3 Avaliação Global da Estrutura Económica

Em termos do Sistema Económico, verifica-se que o Município de Cairú, apesar de ter estabilizada a sua capacidade de produção de riqueza nos últimos anos, tem vindo a perder população residente, apresentando, por isso, indicadores *per capita* do PIB aparentemente mais favoráveis do que os dos Municípios seus parceiros na Micro-região de Valença.

A caracterização da situação detectada, no entanto, mostra a existência de uma grande carência de oportunidades económicas, resultado da excessiva concentração sectorial e da inexistência de condições adequadas de exploração das várias actividades.

Nos vários sectores de actividade económica estudados, encontram-se características comuns que formatam a avaliação global da estrutura económica do Arquipélago:

- Em primeiro lugar surge a frágil estruturação da oferta, em muitos dos casos inexistente mesmo, o que não permite melhorar a produtividade;
- Em segundo lugar deve ser referida a falta de estruturas de comercialização, em parte como consequência da não organização da oferta;
- Em terceiro lugar regista-se a inexistência de indústrias que deveriam estar associadas a outras produções, como forma de aumentar o rendimento e diminuir a dependência do Cairú, designadamente no que se refere à Piaçava.



Para além destes aspectos, a falta de diversificação da actividade económica e a grande dependência do território face ao exterior, está muito relacionada com as acessibilidades ao Município, mas também com a ausência de ligações regulares e fiáveis entre as diversas parcelas do seu território.

Trata-se de um conjunto de dificuldades sentidas a todos os níveis, com impactes significativos, primeiro no Sistema Social e, de forma directa, mas também através deste último sistema, no Sistema Económico.

Esta carência, porém, representa uma vantagem relevante para o Sistema Ambiental, embora não haja um correcto aproveitamento da mesma ao nível do desenvolvimento de actividades baseadas no Ambiente.

O Município do Cairú necessita, por isso, de diversificar a sua Economia, criando para isso condições de estruturação da oferta baseadas num maior associativismo activo e no lançamento de estruturas de comercialização dinâmicas, capazes de procederem ao escoamento dos seus produtos. Esta situação passa pelo desenvolvimento de um novo quadro institucional de apoio a uma reforma estrutural deste tipo, mas também pelo reforço do investimento nas acessibilidades com o exterior e entre ilhas.

A manutenção da situação actual vai agravar ainda mais o estado de concentração económica, com graves consequências para o Sistema Ambiental, uma vez que irá aumentar o esforço de pesca para além de limites aceitáveis, o Turismo cairá na tentação de um crescimento massificado e desordenado, ao mesmo tempo que arrastará o incremento do sector da Construção (desviando para aí o emprego, o que já hoje começa a suceder).

## 2.4 Diagnóstico do Sector das Pescas

O Município do Cairú tem uma forte actividade pesqueira, muito importante para a economia local, mas mais ainda sob o ponto de vista sócio-cultural, que se mantém artesanal e que em grande parte dos casos, é uma actividade alternada sazonalmente com trabalhos em ou para o Turismo.

A predominância da pesca artesanal é principalmente devida à falta de condições de exploração das potencialidades dos recursos pesqueiros, bem como às características da plataforma continental que abrangem todo o Estado da Bahia. As condições físicas do fundo e as condições oceanográficas determinam ainda a qualidade e a quantidade de recursos pesqueiros e limitam o uso de determinados tipos de embarcações e artes de pesca, representados basicamente por aparelhos estáticos.

A avaliação sectorial aponta para as seguintes características:

➤ **Pontos Fortes**

- Elevada importância social e cultural
- Único rendimento para muitas famílias durante o Inverno e complemento para outras no Verão
- Mariscagem como actividade predominantemente feminina
- Facilidade de escoamento dos produtos (Valença ou às unidades turísticas do arquipélago)
- Desenvolvimento de projectos de cultivo de ostra e de tilápia de forma a potenciar o rendimento das famílias
- Predomínio da Pesca Artesanal (perspectiva conservacionista)
- A Pesca como âncora para o desenvolvimento.

➤ **Pontos Fracos**

- Baixa importância económica
- Baixa produtividade no Verão (maior oferta de trabalho no Turismo)
- Falta de condições de exploração das potencialidades dos recursos pesqueiros
- Características da plataforma continental dificultam a exploração
- Falta de condições (comunicação, detecção e segurança) das embarcações de arrasto de camarão
- Baixo poder de compra dos produtos domar por parte dos locais
- *Défice* de proteína animal na alimentação da maioria da população brasileira
- Falta de condições na extracção “da carne” do caranguejo
- Predomínio da Pesca Artesanal (perspectiva económica)
- Estado precário de todos os ancoradouros, pontões e barras
- Baixo nível de formação
- Desadequação de artes e embarcações na Pesca artesanal
- Degradação das infraestruturas gerais (energia/água/frio)
- Falta de fiscalização: de pesca e de controlo de qualidade
- Dificuldades no acesso à reparação naval, equipamento e apetrechos
- Ausência de estruturas de comercialização (lotas) e de informação
- Desconhecimento de dados referentes às espécies alvo de Pesca Grossa Desportiva



➤ **Oportunidade**

- Grande procura de produtos do mar na época alta
- Crescimento da Pesca desportiva e Caça submarina
- Potenciar efeitos multiplicadores na economia
- Desenvolvimento previsto da aquacultura
- Cooperativas em crescimento
- Tendência para Turismo de Qualidade

➤ **Ameaças**

- Elevada pressão de exploração a que o manancial de Lagosta-vermelha está sujeito
- Predomínio do Turismo como actividade económica da zona
- Utilização de espécies exóticas nas experiências de aquacultura
- Continuação da degradação de infraestruturas

## 2.5 Avaliação do Turismo

A avaliação sumária que se pode realizar do confronto das conclusões atrás expostas sobre a oferta e a procura turística de Cairú traduzem-se basicamente no seguinte:

- O Município do Cairú tem potencialidades turísticas em grande número, diversificadas e de elevado valor;
- A actividade, no entanto, não está devidamente estruturada, quer ao nível da oferta quer ao nível da procura, mas principalmente na adequação da oferta à procura;
- As condições existentes formatam um território ideal para o desenvolvimento do Turismo Sustentável, embora se esteja a caminhar em sentido exactamente contrário em certas zonas do Município;
- Atendendo aos recursos e aos valores existentes no Município, o Turismo constitui uma actividade que deverá ser estruturante ao nível de todos os Sistemas – Social, Económico e Ambiental – constatando-se existir um grande desaproveitamento para esse efeito;
- A actividade turística actual apresenta graus de sazonalidade muito elevados, situação inexplicável, face aos recursos turísticos disponíveis com capacidade para serem estruturados em produtos turísticos e garantirem a necessária estabilidade ao nível da rendibilidade, do emprego e da valorização do território.



Face ao atrás exposto, a conclusão a retirar é a de que é urgente elaborar um **Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo no Município do Cairú**, devidamente fundamentado em estudos de mercado (sejam eles nacional, internacionais ou de proximidade) adequados aos tipos de Turismo a implementar e tendo em conta a construção de Matrizes Estratégicas “Produto/Território” e “Produto/Públicos-alvo”.

## 2.6 Conclusões sobre a Avaliação da Situação

O Diagnóstico apresentado, voltado essencialmente para a avaliação da situação de referência, visa a definição daquilo que é necessário transformar, manter ou abandonar.

As conclusões a retirar de tudo quanto foi investigado, estudado e exposto podem ser resumidas e de forma integrada nos seguintes pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças mais relevantes do ponto de vista da formulação de uma estratégia para o desenvolvimento que se apresentam no Quadro 3.



**Quadro 3 – Matriz de Diagnóstico**

| Aspectos             | Razões   |
|----------------------|--|
| <b>Pontos Fortes</b> | <ul style="list-style-type: none"> <li>□ Património natural e cultural existente;</li> <li>□ Recursos naturais de grande valor, diversificados e com uma boa distribuição por todo o território;</li> <li>□ Riqueza florestal existente, com boas capacidades de aproveitamento;</li> <li>□ Fraquíssima circulação automóvel, o que favorece a conservação ambiental;</li> <li>□ Sensibilidade da população residente para os aspectos da conservação e gestão ambiental.</li> </ul>   |
| <b>Pontos Fracos</b> | <ul style="list-style-type: none"> <li>□ Pressões urbanísticas de alto risco em certas zonas do território e com tendência para se expandirem;</li> <li>□ Turismo massificado, gerando um desordenamento de certos territórios;</li> <li>□ Frágil rede de infraestruturas básicas;</li> <li>□ Forma pouco ou mesmo nada racionalizada do aproveitamento dos recursos;</li> <li>□ Debilidade da estrutura económica e do tecido empresarial;</li> <li>□ Falta generalizada de estruturação da oferta sectorial;</li> <li>□ Inexistência de estruturas de comercialização;</li> <li>□ Fortes carências na qualificação dos recursos humanos;</li> <li>□ Condições para a atracção e fixação de população residente nulas ou em forte declínio;</li> <li>□ Elevadas dificuldades nas acessibilidades e nos transportes;</li> <li>□ Situação do emprego mantido mais por razões sociais do que por razões económicas.</li> </ul> |
| <b>Oportunidades</b> | <ul style="list-style-type: none"> <li>□ Crescente desenvolvimento do Turismo, principalmente no Estado da Bahia;</li> <li>□ Tendência dos mercados para criarem produtos turísticos com base em recursos que o Cairú possui;</li> <li>□ Interesse institucional de várias entidades e organizações no território do Cairú, públicas e privadas, brasileiras e internacionais;</li> <li>□ Existência de carências relevantes ao nível do investimento produtivo, cultural e ambiental;</li> <li>□ Boas possibilidades para a diversificação da Economia;</li> <li>□ Previsível aumento das receitas municipais a um prazo relativamente curto;</li> <li>□ Generalizado estado de degradação ainda a tempo de ser corrigido e alterado.</li> </ul>  |
| <b>Ameaças</b>       | <ul style="list-style-type: none"> <li>□ Destruição (real e potencial) de áreas ambientalmente ricas, mas frágeis;</li> <li>□ Redução acentuada da população residente;</li> <li>□ Pressão urbanística sem relacionamento com actividades económicas;</li> <li>□ Falta de interesse dos investidores pelo Município, face à sua fraca atractividade;</li> <li>□ Fortes carências na implementação de um modelo institucional voltado para o desenvolvimento;</li> <li>□ Falta de integração do território na gestão institucional, designadamente a nível da Administração Estadual e Federal;</li> <li>□ Carência meios, a nível institucional, para controlar a situação global do Arquipélago.</li> </ul>   |



### 3. DIAGNÓSTICO PROSPECTIVO

#### 3.1 Introdução

Da análise global da situação de referência para a área em estudo – composta por um conjunto de 26 Ilhas nas quais se destacam as do Cairú, Boipeba e Tinharé – ressalta o facto de **faltar um planeamento dirigido e intencional**. O Município do Cairú é um território:

- **Pouco desenvolvido** (designadamente em termos da falta de infraestruturas básicas e da integração dos vários sectores socioeconómicos – ambientais e dos diferentes territórios) e;
- **Pouco atractivo** (demonstrado pela falta de investimento sectorialmente diversificado).

Nos termos do diagnóstico da situação de referência apresentado, verificou-se que o estado de desenvolvimento socioeconómico e ambiental da área em estudo tem conhecido uma dinâmica muito pouco propícia ao combate àquelas duas características, quer ao nível socioeconómico, quer ao nível ambiental, muito embora a região seja dotada de recursos capazes de transformarem esta situação, se geridos de forma racionalizada, podendo daí resultar alta produtividade no seu emprego.

**A questão que se coloca então está directamente relacionada com a estratégia a seguir e com o modelo de estruturação que lhe deve estar subjacente.**

Da reflexão e do cruzamento das conclusões obtidas sobre os pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças do território, constitui-se a base de formulação de uma nova estratégia de desenvolvimento, traçada em função de um planeamento mais ou menos intencional, consoante os sectores socioeconómicos – ambientais ou os territórios em causa.

#### 3.2 Factores de Transformação

O diagnóstico estratégico baseado na análise precedente incluiu a identificação, a caracterização e a avaliação da situação de referência, visando a definição daquilo que é necessário transformar, manter ou abandonar para se conceber uma nova estratégia:

Ao nível da competitividade ⇒ cruzando os pontos fortes com as oportunidades

Ao nível da mudança ⇒ cruzando os pontos fracos com as oportunidades

Ao nível da capacidade de defesa e de sustentabilidade ⇒ cruzando os pontos fortes com as ameaças

Ao nível da vulnerabilidade ⇒ cruzando os pontos fracos com as ameaças



Na elaboração do planejamento socioeconómico, são normalmente desenvolvidos diversos estudos e análise sectoriais, os quais são posteriormente articulados e integrados. As metodologias aplicadas neste domínio ao caso concreto em estudo identificaram, caracterizaram e avaliaram os **FACTORES DE TRANSFORMAÇÃO** que estruturam a avaliação da situação de referência.

No cômputo global destes factores de transformação destacam-se aqueles que se mostram mais capazes de, **num contexto de Desenvolvimento, afirmarem a área em estudo** relativamente às realidades estudadas, ou seja:

- Factores de transformação internos – Pontos fortes e pontos fracos da área em estudo;
- Factores de transformação externos – Oportunidades e ameaças detectadas;
- Incertezas, geradas externamente e, por isso, relacionadas com os factores de transformação externos.

O relacionamento de todos estes factores, foi realizado através da elaboração de uma **Matriz de Pertinência** onde se definiram as componentes e as características do diagnóstico estratégico global e, simultaneamente, a partir da qual é gerado o conjunto de objectivos, princípios, linhas orientadoras, políticas e medidas a adoptar, nos termos do Quadro 4, reproduzido em seguida:

**Quadro 4 – Matriz de Pertinência dos Factores de Transformação**

| Matriz               | Pontos Fortes   | Pontos Fortes  |
|----------------------|---|--|
| <b>Oportunidades</b> | Vantagens Competitivas<br><br>Grau de Competitividade                   | Estratégias com Resultados menos bem conseguidos<br><br>Necessidade de Introduzir Mudanças |
| <b>Ameaças</b>       | Capacidades de Defesa<br><br>Necessidade de Medidas de Sustentabilidade | Situações Vulneráveis dos Sistemas   |



O funcionamento desta matriz e a obtenção dos respectivos resultados passa pelo estabelecimento das seguintes relações:

- Os pontos fortes relacionados com as oportunidades ⇒ vão fazer sobressair as vantagens competitivas da área em estudo, gerando um conjunto de objectivos e medidas de consolidação e reforço do grau de competitividade;
- Os pontos fracos confrontados com as oportunidades ⇒ realçam-se as situações estratégicas com resultados menos bem conseguidos que necessitam de ser orientadas noutros sentidos (embora não necessariamente desprezadas), gerando um conjunto de objectivos e medidas de mudança;
- Os pontos fortes relacionados com as ameaças ⇒ definem e enquadram as capacidades de defesa da área em estudo, para as quais será necessário conceber objectivos e medidas de sustentabilidade relativas ao crescimento do processo de desenvolvimento;
- Os pontos fracos com as ameaças ⇒ obtém-se um melhor conhecimento sobre as diferentes vulnerabilidades dos sistemas que integram o modelo de Desenvolvimento da área em estudo, cujo combate exige a formulação de objectivos e medidas de coesão e solidariedade.

### 3.3 Aplicação da Metodologia ao Cairú

No âmbito da elaboração do presente Plano de Desenvolvimento Estratégico para o Município do Cairú, a aplicação da metodologia acabada de descrever atende ao exposto no capítulo precedente, designadamente no que à avaliação global da situação de referência diz respeito, originando a construção da Matriz de Pertinência constante do Quadro 5, reproduzido na página seguinte.

Assim sendo, a análise dos Factores de Transformação realizada para o território do Município do Cairú permite inferir as seguintes conclusões mais relevantes:

**Quadro 5 – Matriz de Pertinência dos Factores de Transformação Para o Município do Cairú**

| Matriz               | Pontos Fortes   | Pontos Fortes  |
|----------------------|---|--|
| <b>Oportunidades</b> | <p>➤ <b>Competitividade</b></p> <p>Riqueza de Recursos<br/>Diversificação da Economia<br/>Condições para uma boa correcção de situações de degradação</p> | <p>➤ <b>Mudança</b></p> <p>Aproveitamento de recursos<br/>Tipos de Turismo<br/>Posicionamento face aos investimentos públicos</p>                |
| <b>Ameaças</b>       | <p>➤ <b>Sustentabilidade</b></p> <p>Atracção de populações e investimento<br/>Integração territorial<br/>Modelo institucional</p>                         | <p>➤ <b>Vulnerabilidade de Sistemas</b></p> <p>Riscos elevados no Sistema Ambiental<br/>Destruição de recursos<br/>Descontrolo Institucional</p> |

- **Relacionando os pontos fortes e as oportunidades específicas** definidas para o Arquipélago, no sentido de se encontrarem as suas vantagens competitivas, verifica-se pela análise dos diferentes segmentos de mercado, realizada em função dos resultados desta relação e visando criar as melhores condições de atractibilidade da área em estudo, a necessidade de estrategicamente se investir fortemente nas actividades relacionadas com:
  - Aproveitamento de recursos por explorar
  - Diversificação da Economia
  - Aproveitamento exemplar da fraca circulação automóvel para introduzir medidas correctivas ou impeditivas das situações de degradação (ambiental, social, económica ou institucional)
  
- **Relacionando os pontos fracos com as oportunidades** visando detectar tudo aquilo que estando bem deve constituir a mudança para aumentar a optimização da utilização dos recursos, encontram-se os factores de transformação que provavelmente se traduzirão em algumas das principais condições de viabilidade de uma nova estratégia a propor, o que no caso concreto do território do Município do Cairú passa necessariamente pela:
  - Racionalização das actividades existentes, visando a sua qualificação
  - Redefinição do tipo de Turismo a praticar e diversificação territorial dos produtos turísticos
  - Execução de investimentos em infraestruturas numa óptica de integração

- **Relacionando os pontos fortes com as ameaças**, visando melhor caracterizar a área da sustentabilidade do território – em termos socioeconómicos, mas também ambientais – encontram-se os factores de transformação que apontam necessariamente para a concepção e implementação de modelos de gestão inovadores e exemplares, entroncando nesta problemática, por exemplo, a necessidade de concepção e implementação de esquemas de articulação aos diferentes níveis da administração, realçando-se a urgência de tomada de medidas nos seguintes domínios:
  - Condições de atractividade da população e do investimento
  - Integração territorial universal
  - Modelo institucional inovador e exemplar
  
- Relacionando finalmente **os pontos fracos com as ameaças** visando descortinar as áreas mais vulneráveis das realidades do Município, encontram-se os factores de transformação que se traduzem em condicionantes restritivas à viabilidade de uma qualquer estratégia, onde assume particular relevância a questão da falta de dinâmica populacional, social e económica que gera a não fixação de populações residentes, exigindo uma intervenção urgente para as combater, capaz de:
  - Riscos elevados de degradação ambiental
  - Destruição de recursos
  - Inexistência de controlo institucional

Como complemento desta análise deve-se acrescentar que as transformações a operar só poderão produzir resultados aceitáveis se existir um **quadro de concertação social** – ao nível do entendimento / parceria entre o sector público e o sector privado – e de **concertação político-administrativa** – em termos do entendimento entre os diferentes níveis da Administração Pública, principalmente entre o Município e o Estado – a par com a existência de **vontades políticas** dispostas a executar aquelas medidas para tornar a Região mais atractiva e, naturalmente, também mais competitiva.

Por outras palavras, as transformações a operar deverão ser apoiadas na estruturação de um novo modelo institucional, dimanado da Prefeitura, mas dela autónomo, envolvendo todas os agentes, operadores e demais entidades, públicas e privadas, a actuarem directa ou indirectamente em Cairú, assumindo tal modelo características inovadoras em relação ao quadro institucional normal existente no Brasil, em geral e na Bahia, em particular.

### 3.4 Competitividade e Desenvolvimento

Tal como sucede com as Empresas, também as diferentes áreas geográficas, independentemente da perspectiva em que são analisadas (País, Região, Estado, Município, área territorial específica), **competem entre si**, em função da sua maior ou menor **capacidade de atractividade**.

No momento actual, como se viu atrás, estas são duas das maiores fragilidades apontadas ao Município do Cairú pelo que, qualquer estratégia de desenvolvimento a formular para o seu território, terá de ter em linha de conta:

- A necessidade de criar as melhores condições para fazer subir a atractividade da área correspondente ao Arquipélago do Cairú, principalmente no que se refere à atracção e fixação de populações residentes,
- Apostando para isso num marketing conjunto (público e privado), capaz de integrar os diferentes objectivos dos Sistemas Social, Económico e Ambiental,
- Como resultado do emprego de recursos provenientes dos mesmos Sistemas, mas numa perspectiva de alta produtividade global dos factores e
- Associando-lhe sempre um modelo institucional de gestão altamente eficaz.

Um tal modelo de funcionamento, capaz de responder simultaneamente aos objectivos da Competitividade e às necessidades do Desenvolvimento, pode ser esquematicamente representado nos termos do exposto na Figura 1 (página seguinte):

- a) Para efeitos da presente análise, a **atractividade** deve ser entendida como o valor que é percebido, o que envolve desde logo diversas componentes activas e passivas:
- Custos a suportar por quem visita o Município para aceder e desfrutar do território em causa;
  - Nível de esforços e de incomodidades que quem acede ao território e que está disposto a suportar;
  - Impactes (positivos e negativos) sobre a população local pelo maior afluxo de pessoas e de empresas;
  - Proveitos retirados por quem se estabelece na área, não só pelas suas condições naturais, mas também pelos incentivos fixados pelas comunidades locais para atrair pessoas e actividades externas.

No caso do território do Município do Cairú, conseguir uma atractividade forte passa necessariamente por um assinalável incremento do investimento a todos os níveis, quer para se aceder à zona, quer para fixar populações e actividades económicas que a ela acedem, quer principalmente para que este maior afluxo de pessoas, de empresas e de actividades não ponha em causa os equilíbrios ambientais e sociais.

Fala-se, por isso, na necessidade de lançamento de diversas tipologias de investimento, desde a requalificação da paisagem, dos centros urbanos e dos sectores de actividade económica prevaletentes, até à criação de incentivos de vária ordem (não necessariamente apenas financeiros), passando pela diversificação da economia e da ocupação dos habitantes residentes.

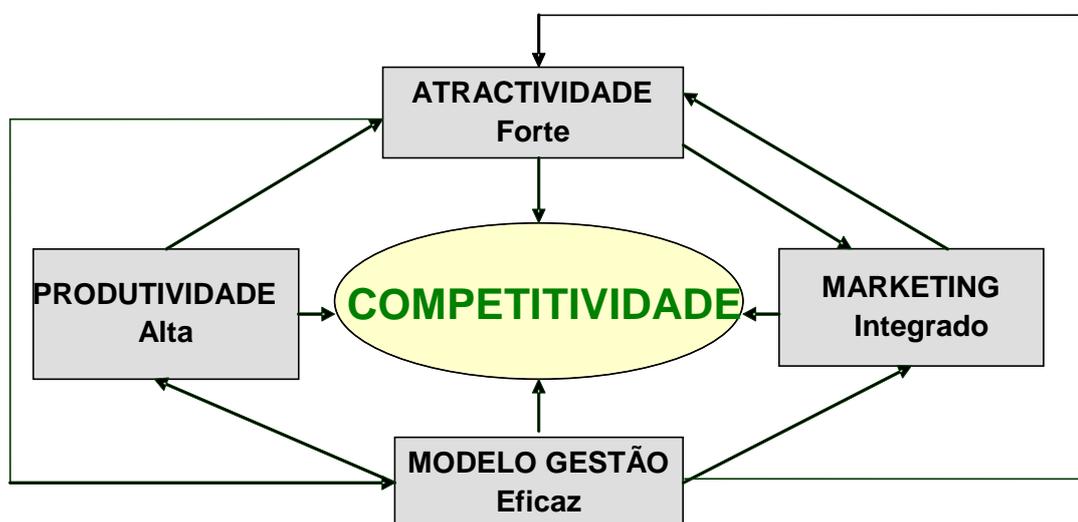


FIG. 1 – Fluxograma sobre as Condições de Competitividade

- b) Conseguir obter neste contexto uma **produtividade** alta passa necessariamente pela adopção de formas e métodos de emprego dos recursos (materiais, humanos, financeiros, turísticos, marinhos, hídricos, florestais, agrícolas) capazes de determinarem o valor patrimonial de longo prazo da área em estudo.

Conseguir este objectivo para o caso do território do Município do Cairú terá de assentar na busca permanente para a fixação de actividades inovadoras com as quais se consiga, simultaneamente, uma alta produtividade no uso do capital através da implementação de investimentos de elevada rendibilidade e uma alta produtividade dos recursos humanos utilizados através do incremento da formação e da própria melhoria salarial que fomente o aumento do nível e da qualidade de vida.



- c) A reunião destas condições, mas sobretudo a sua implementação, origina uma outra necessidade focalizada na criação de um **marketing efectivo e integrado**, baseado em parcerias público-privadas, com o qual se vislumbram dois grandes objectivos:

- **Existir uma imagem única do território do Cairú, traduzindo a consolidação intersectorial público-privada;**
- **Existir capacidade de adaptação permanente às constantes mudanças da procura.**

Esta condição vai permitir aumentar a rendibilidade das vendas das diferentes actividades económicas (o que por sua vez é um motivo de atracção de novas actividades), fidelizar o mercado e identificar novas vantagens competitivas do Município.

Levar à prática estas recomendações passa pela concepção e implementação de um verdadeiro **Plano de Marketing** de médio prazo, com objectivos móveis fixados anualmente;

- d) Todas estas condições deverão ser preferencialmente implementadas através de um **modelo institucional de gestão** onde presida a eficácia, uma vez que só através dele será possível:

- *Potenciar o crescimento,*
- *Atrair novos investimentos,*
- *Gerar um sentimento de bem-estar na população residente,*
- *Reforçar a imagem e*
- *Garantir a prazo a sustentabilidade de todos os Sistemas: Ambiental – Económico – Social.*

Para ser eficaz, este modelo institucional de gestão deverá recorrer a métodos e formas de trabalho consentâneas com o exposto nas alíneas anteriores, pelo que a sua eficiência e eficácia terá de assentar necessária e novamente em parcerias público-privadas, mas também na simplicidade dos métodos adoptados.

**Para o caso concreto em estudo, trata-se provavelmente da criação de uma forma institucional nova no Estado da Bahia, sendo em princípio uma entidade pública de direito privado, autónoma mas integrada no funcionamento da Prefeitura, agindo em consonância com os princípios atrás expostos.**

Em suma, procurando reunir de uma forma sintética as recomendações constantes das alíneas anteriores – não esquecendo que ainda se está numa fase de Diagnóstico inerente à elaboração de um **Plano de Desenvolvimento Estratégico** – vislumbrase para o Município do Cairú a necessidade de se traçar uma Estratégia baseada, inicialmente, nas principais actividades socio-económicas actualmente existentes ou que se apresentam com maior apetência para o seu incremento num prazo relativamente curto, devidamente requalificadas, partindo-se depois para o incremento de actividades novas.



## 4. QUADRO GERAL DE OBJECTIVOS

### 4.1 Conceito e Missão Estratégica

Na sequência das análises dos capítulos anteriores – cujas conclusões mais não são do que os resultados de um trabalho de Diagnóstico – infere-se que as características diferenciadoras e competitivas de índole socioeconómica e ambiental do território que integra o Município do Cairú assentam na riqueza e diversidade dos recursos existentes, mas também dos potenciais produtos e serviços que deles é possível formatar.

Estas características, porém, traduzem também a relevância do tipo de desenvolvimento pretendido para o Arquipélago do Cairú, não só como elemento integrante da estrutura e cultura da sua sociedade – tanto urbana, como rural –, como também ao reflectir as dinâmicas sociais e económicas prevaletentes em cada momento respeitadoras do equilíbrio e da preservação dos valores ambientais.

**Neste contexto, o Município do Cairú e o território que o integra é considerado um local privilegiado para o incremento de um Desenvolvimento Económico, no sentido de que os vértices do triângulo que lhe está subjacente – Sistema Ambiental, Sistema Social, Sistema Económico – podem ser valorizados como de elevada qualidade e cuja implementação só pode ser baseada numa estratégia diferenciadora assente na integração das motivações e valores específicos de cada um daqueles vértices.**

A estratégia de diferenciação assim preconizada será tanto maior e melhor percebida, quanto maior for o grau de integração dos Sistemas acima referidos, onde cada um possui uma relevância igual à dos outros dois Sistemas.

Em termos prospectivos, o conceito a adoptar deverá ser consequência do suporte de integração das várias componentes do processo de Desenvolvimento preconizado, a saber:

- **Componente Ambiental** – consubstanciada na concepção, desenvolvimento e institucionalização de acções permanentes de preservação, conservação e gestão do meio ambiente natural, executadas em sintonia com o próprio crescimento demográfico, urbano e económico;
- **Componente Económica** – reflectida ao nível da caracterização da tipologia da oferta estruturada para os diversos sectores, numa perspectiva de diversificação do tecido económico e ao nível da permanente adaptação dessas ofertas à evolução das correspondentes procuras, sem prejuízo de prevalecer em qualquer situação a necessidade de preservar e conservar o ambiente;
- **Componente Institucional** – na qual se destacam principalmente as intervenções com carácter de cooperação entre as diversas entidades e agentes económicos, em especial no que se refere à forma que vier a assumir a implantação, gestão e interpretação do Sistema de Contabilidade Ambiental;



- **Componente Sócio-Cultural** – traduzida numa animação urbana, cultural, recreativa, turística que potencie os valores culturais das gentes do Arquipélago do Cairú, mas sempre numa perspectiva de integração territorial das suas várias parcelas ou ilhas, independentemente de serem ou não habitadas pelo homem.

Com base nos princípios acima expostos e visando sujeitar o território do Município do Cairú a um processo dinâmico de conservação da natureza e de transformação da sociedade, da economia e da cultura, recomenda-se a adopção do seguinte **CONCEITO ESTRATÉGICO**:

**Cairú,**  
**Espaço de vivência histórica, humana e natural**  
**Envolvido por uma dinâmica social e económica desenvolvida num**  
**Ambiente peculiar**

O conceito apresentado – o qual deverá no futuro ser usado como uma espécie de *slogan* do Município – corporiza os quatro elementos estruturantes da **MISSÃO ESTRATÉGICA** preconizada para o processo de desenvolvimento do Arquipélago do Cairú:

- A **finalidade dos esforços reunidos**, consubstanciada em racionalizar as formas de atracção de pessoas e de investimento, neste último caso, investimento selectivo, no sentido de ser de qualidade e diferenciador;
- A **posição competitiva** da sua Economia, traduzida numa estratégia assente na integração e na racionalização do aproveitamento dos recursos existentes, especialmente dos recursos humanos e naturais, proporcionando-lhe uma situação única;
- Os **valores de excelência da qualidade dos recursos** que lhe permitem uma estratégia de sucesso baseada no facto de a preservação e a conservação desses recursos assentar também na sua utilização;
- A **adequação de um processo de desenvolvimento** em sintonia com os padrões de comportamento das gentes locais, mas suficientemente evolutivo para se adaptar aos ciclos dos produtos e serviços.



## 4.2 Visão Estratégica

Há, por isso, lugar à formulação de um conjunto de objectivos complexos, onde só uma integração de todos pode levar o planeamento a resultados promissores através da seguinte **VISÃO ESTRATÉGICA**:

- Torna-se necessário atrair ao território do Município do Cairú novas actividades sociais e económicas, criando-se para o efeito os ambientes a isso adequados, visando a médio e longo prazo a redefinição de uma nova base socioeconómica através da mobilização de volumes significativos de investimento (público e privado), mas essencialmente inovador;
- Uma vez iniciado o processo de fixação no território de novas actividades, é necessário que estas venham a ficar surpreendidas com a variedade, mas sobretudo com a qualidade, dos recursos e das ofertas existentes, evidenciando-se desta forma o Município num contexto regional ou mesmo nacional;
- Finalmente, é necessário fazer perdurar este ambiente, o que implica redesenhar todo o papel da administração, quer a nível local, quer a nível regional, o que implica introduzir sistemas de cooperação efectiva através dos quais se aumenta a articulação das intervenções no território, acompanhando tendências e avaliando impactes, aumentando a eficiência e corrigindo qualquer acção de degradação dos recursos naturais.

Trata-se, por isso, de criar um:

- Local de ambiente inesquecível, para quem aí reside e trabalha, mas também para quem o visita,
- Espaço de oportunidades, integrado regionalmente,
- Aberto ao exterior e à inovação, onde se produz e vive com qualidade e autenticidade,
- Mas onde se preserva e conserva o Meio Natural.

## 4.3 Objectivos Estratégicos e sua Integração

Atendendo ao enquadramento acabado de descrever e em face da posição competitiva actual do Município do Cairú no contexto regional e nacional, são fixados os seguintes **OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS** no âmbito do presente Plano de Desenvolvimento do Arquipélago:



Ao nível dos **objectivos estruturantes e de integração**:

- Integração gradual, equilibrada e harmoniosa dos Sistemas Social, Económico e Ambiental do Cairú;
- Promoção do ordenamento, da integração e da coesão da globalidade do território do Município;
- Diversificação, modernização e expansão das actividades económicas e do próprio tecido empresarial;
- Criação de emprego e qualificação dos recursos humanos e das condições de trabalho;
- Defesa dos recursos naturais, valorização do património histórico-cultural e incremento da qualidade de vida dos habitantes residentes;
- Melhoria do modelo institucional e incremento acentuado da participação da população e dos agentes económicos na sua gestão.

Ao nível dos **objectivos de qualificação e sustentabilidade**:

- Desenvolvimento e manutenção actualizada de um estado de espírito generalizado de qualificação, planeamento, estruturação, organização e controle, reforçando a atractividade do Município em conexão com a valorização do ambiente (natural, histórico-cultural, social, cultura e tradição, económico);
- Sensibilização do sector privado para as oportunidades de investimento abertas, privilegiando o direccionamento desse esforço para actividades inovadoras, não poluentes e de poupança energética;
- Reforço e desenvolvimento do potencial económico em articulação com outros Municípios da Micro-região em que o Município está integrado, valorizando a identidade e a autenticidade do território num contexto de mudança.

Ao nível dos **objectivos operacionais**:

- Preparação nos próximos dois anos de um ambiente adequado à atracção e execução de investimentos de integração e coesão social através de instrumentos de planeamento sectoriais nas seguintes áreas:
  - Ordenamento do Território;
  - Saneamento Básico e restantes Infraestruturas Básicas;
  - Pesca e Actividades Afins;
  - Turismo, com realce para a introdução do Turismo Sustentável;
  - Extractivismo e Indústria;



- Criação de um novo modelo institucional, sediado e dependente da Prefeitura, mas baseado na maximização de parcerias público-privadas permitindo a participação activa da população residente e dos agentes económicos no processo económico e social do Município, o qual deverá estar implantado, testado e em pleno funcionamento dentro de dois anos;
- Implementação de um Sistema de Contabilidade Ambiental, a funcionar em pleno também nos próximos dois anos;
- Promoção e desenvolvimento de formas de agricultura integrada ou biológica em áreas específicas anteriormente apontadas, cujos trabalhos devem decorrer num prazo de dez a doze anos;
- Criação de zonas ambientalmente exemplares, constituídas como forma de atracção de pessoas e de investimentos, ao mesmo tempo que geram empregos, em diversos locais das diferentes Ilhas que compõem o Arquipélago e cujos trabalhos decorrerão no período dos próximos cinco a dez anos;
- Criação de escolas profissionais relacionadas com os principais sectores de actividade económica e localizadas em função da maior concentração geográfica destes, objectivo a cumprir num prazo de cinco a oito anos;
- Promoção e valorização dos recursos histórico-culturais do Arquipélago, objectivo a perseguir desde já e a durar durante o horizonte temporal do Plano;
- Apoio ao desenvolvimento de energias alternativas, tornando a sua introdução obrigatória em certos tipos de construções e edifícios novos, objectivo a vigorar desde o arranque de execução do presente Plano;
- Melhoria assinalável das acessibilidades do Município nos próximos cinco anos, quer com o exterior, quer entre os principais aglomerados urbanos, construindo-se de raiz ou renovando-se para o efeito as infraestruturas existentes;
- Criação de transportes públicos inovadores, exemplares e amigos do ambiente, os quais deverão entrar em pleno funcionamento até oito anos após o arranque de execução do presente Plano, sem prejuízo de serem desde já criados e sofrerem aperfeiçoamentos graduais ao longo do tempo, segundo planeamento específico elaborado para o efeito;
- Proibição da circulação automóvel generalizada e criação de parques de estacionamento de média/longa duração em locais próprios e devidamente infraestruturados, com as medidas de apoio a este objectivo a vigorarem desde já e a serem aperfeiçoadas ao longo do tempo;
- Controle da habitação sub-normal, procedendo-se à recuperação da existente (nos próximos oito a dez anos) e proibindo a que futuramente tente surgir;
- Recuperação de áreas degradadas (com medidas a vigorar desde já e a durarem até oito a dez anos);
- Requalificação urbana de alguns dos aglomerados populacionais mais degradados, fixando-se para o efeito um painel de prioridades para os próximos oito a dez anos;



- Criação de um Parque Empresarial na Ilha do Cairú nos próximos cinco anos, devidamente infraestruturado e com ligações à via terrestre de ligação do Arquipélago ao Continente;
- Afirmar desde já uma imagem urbana, rural, turística, industrial ou de outra ordem atractiva, através de um *marketing* público e um modelo estratégico de comunicação adequado.



## 5. HORIZONTE TEMPORAL DO PLANO E REVISÕES

Para o cumprimento destes Objectivos Operacionais – a que outros serão concertada mais tarde adicionados, conforme assim o determinar a própria evolução do processo de desenvolvimento preconizado para o Município do Cairú – é fixado um horizonte temporal de 12 (doze) anos a contar da data de aprovação do presente Plano de Desenvolvimento Estratégico, sendo este horizonte subdividido em duas partes distintas:

- Nos primeiros 2 (dois) anos daquele horizonte temporal, serão executadas as acções, medidas e projectos inerentes ao cumprimento dos quatro objectivos de criação de um novo ambiente social e económico do Cairú:
  - Preparação de um ambiente adequado à atracção e execução de investimentos de integração e coesão social;
  - Criação e entrada em pleno funcionamento do novo modelo institucional;
  - Implementação, testes operacionais e entrada em pleno funcionamento do Sistema de Contabilidade Ambiental;
  - Elaboração do Plano de *Marketing* Público e do modelo de comunicação;
- Nos restantes 10 (dez) anos que seguem a este período deverão ser executadas todas as acções, medidas e projectos inerentes ao cumprimento dos restantes objectivos operacionais constantes da versão inicial do presente Plano de Desenvolvimento Estratégico do Município do Cairú;

No pressuposto de que os Objectivos Operacionais agora preconizados obtém um grau de cumprimento superior a 80% dentro dos períodos acima consignados, ficam reunidas as condições de carácter Social, Ambiental, Económico e Institucional para que os restantes tipos de Objectivos – Estruturante/Integração e de Qualidade/Sustentabilidade – sejam plenamente atingidos no período dos 30 (trinta) anos, período que é considerado como o horizonte temporal global do presente Plano de Desenvolvimento Estratégico.

Nesse sentido, recomenda-se que este Plano seja objecto de reflexão em cada período de oito anos, para que seja tomada uma decisão relacionada com a necessidade da sua revisão, devendo estas ocorrer em cada década da sua execução, ou seja, ao fim de 10 (dez) anos e de 20 (vinte) anos.



---

---

# **ANEXO**

## **CARTA DE RISCO AMBIENTAL – ZONAMENTOS**

---

---